



---

ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Território

---

Dinâmica intra-metropolitana e organização social dos territórios na região metropolitana de São Paulo

---

BÓGUS, Lucia Maria Machado

Doutora em Planejamento Urbano – Sociologia Urbana

PUC/SP

lubogus@uol.com.br

---

PASTERNAK, Suzana

Doutora em Saúde Pública – Demografia

FAU/USP

suzanapasternak@uol.com.br

---

### Resumo

O trabalho tem por objetivo principal a análise das mudanças observadas na Região Metropolitana de São Paulo, a partir dos anos 1990, tendo em vista a compreensão das alterações do padrão de distribuição sócio-espacial quer da população, quer das atividades econômicas, no conjunto dos municípios metropolitanos e no município pólo. Serão utilizados para análise dados censitários relativos a 1991 e 2000, agrupados por AEDS (Áreas de expansão demográfica do IBGE) e reunidos em áreas homogêneas, com o uso de análises fatoriais e de geoprocessamento. Serão também apresentados os resultados de estudos de caso relativos a espaços da metrópole onde ocorreram as mudanças mais significativas em relação ao padrão de distribuição sócio-espacial anteriormente vigente.

Palavras-chave: metrópole; desigualdade sócio-espacial; segregação





## 1. As categorias sócio-ocupacionais nas últimas décadas do século XX na metrópole de São Paulo

### 1.1 Introdução

O Observatório das Metrôpoles tem desenvolvido estudos e pesquisas que visam a contribuir teórica e metodologicamente para os debates, no âmbito da academia, das instituições governamentais e não governamentais e dos movimentos sociais, sobre os impactos sociais produzidos pelas transformações econômicas que estão ocorrendo no Brasil, desde meados de 1980. Esses impactos se externalizam particularmente nas grandes cidades e nas regiões metropolitanas, onde as transformações adquirem maior significado. A polêmica que alimenta o debate está centrada nos efeitos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho, com significativas alterações na oposição entre as classes sociais, que marcou a era industrial fordista, e o surgimento de uma nova estrutura social, marcada por uma crescente polarização entre estratos superiores e inferiores da sociedade. Essas questões estão no centro das discussões sobre a *global city* (Sassen, 1998), cuja hipótese central é a existência de nexos estruturais entre as mudanças em curso na economia e a intensificação da dualização social. Nesse processo, em que o Setor Terciário estaria assumindo predominância frente a processos simultâneos de modernização e relativa retração no emprego do Setor Secundário, haveria igualmente uma reconfiguração e um encolhimento das classes médias, tendo em vista as mudanças na estrutura produtiva e nos padrões organizacionais e tecnológicos. Algumas ocupações típicas das classes médias estariam em declínio, outras se desqualificariam, e surgiriam novas profissões ligadas à expansão das funções de gestão (Sassen, 1998). A estrutura social, alicerçada na indústria da informação, em especial nas grandes metrôpoles, estaria assentada, de um lado, na existência de profissionais altamente qualificados e bem remunerados e, de outro, em um contingente de trabalhadores menos qualificados e de não menos importância, como secretárias, faxineiros e trabalhadores de manutenção, configurando uma estrutura social no formato de ampulheta. Essa imagem, que não encontra unanimidade junto aos pesquisadores, estaria em contraposição à de ovo, que representa a predominância das camadas médias e operárias na estrutura social e a presença reduzida dos estratos superiores e inferiores dessa estrutura.

Com base nesses pressupostos, e pretendendo verificar a procedência ou não das teses da *global city* na realidade brasileira, foi elaborada uma hierarquia socioocupacional com a construção de um conjunto de categorias, a partir das variáveis censitárias de ocupação. Os dados censitários são os únicos disponíveis, no Brasil, com capacidade simultânea de comparabilidade no tempo e no espaço, contemplando dados do mundo do trabalho. Como ponto de referência, foi utilizado o sistema de classificação das profissões na França, adotado pelo Institut National d'Économie et Statistique (INSEE), e o primeiro trabalho comparativo realizado foi entre Paris e Rio de Janeiro (Preitecelle et al., 1998).

As categorias sócio-ocupacionais, através das quais é possível captar a segmentação social nas metrôpoles brasileiras, foram construídas a partir de alguns princípios gerais que se contrapõem e que estão na base da organização da sociedade capitalista, tais como: capital e trabalho, grande e pequeno capital, assalariamento e trabalho autônomo, trabalho manual *versus* não-manual e, atividades de controle e de execução. Também foi levada em consideração a diferenciação entre setores da produção, como o Secundário e o Terciário, e, finalmente, entre os ocupados no Setor Secundário, foi feita uma distinção a partir da inserção dos trabalhadores nos segmentos modernos ou tradicionais da indústria (Ribeiro et al., 2000). Como resultado, foram identificadas 24 categorias, reunidas em oito grandes grupos." (Mamarella, 2007)

Entre 1991 e 2000 o Censo modificou sua forma de definir tanto o desemprego, como o tipo de ocupação, o que dificulta a comparação entre 1980, 1991 e 2000. Em 1991, o período de referência para a verificação do estado de emprego era de 12 meses, assim como em 1980. E a condição de ocupação referia-se a três



possíveis estados: se trabalhou habitualmente ou eventualmente neste período de referência, ou se não trabalhou. No ano 2000, o período de referência foi de uma semana, e a questão foi mais detalhada: perguntava-se se trabalhou em atividade remunerada ou não; em caso de resposta não, se estava temporariamente afastado, se exerceu atividade não remunerada ou se, no período de 1 mês na data anterior ao Censo tomou alguma providência para conseguir trabalho. Assim, as cifras de ocupados entre os anos 1980, 1991 e 2000 não são comparáveis: a adoção do período de uma semana, em lugar de 12 meses, pode induzir a uma ampliação da magnitude do desemprego. De outro lado, atividades domiciliares como ajuda a outro, trabalho para o auto consumo, etc, reduzem o desemprego, pois passam a ser computadas.

Em 2000, modificou-se também a forma de classificar as ocupações, através da utilização da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) e da CNAE (Classificação Nacional de Atividade Econômica). Na pesquisa, foi feito um ajuste da classificação ocupacional de 1991 com a metodologia censitária de 2000, o que possibilita a comparação entre estas duas datas. Para 1980, entretanto, isso não foi feito. Assim, qualquer comparação que envolve os 20 últimos anos do século XX só poderá ser feita através de grandes grupos, e o percentual de população ocupada em relação à total entre estas 3 datas não é passível de comparação. Por isso, a análise da evolução das categorias sócio-ocupacionais vai se concentrar em 1991 e 2000. E deve ser lembrado que o número absoluto de ocupados de 1991 não é, rigorosamente, obtido da mesma forma que o de 2000. Mesmo assim optou-se por analisar a evolução, apesar desta ressalva.

<b>Dirigentes</b>	Grandes Empregadores Dirigentes do Setor Público Dirigentes do Setor Privado
<b>Profissionais de Nível Superior</b>	Profissionais Autônomos de Nível Superior Profissionais Empregados de Nível Superior Profissionais Estatutários de Nível Superior Profissionais de Nível Superior
<b>Pequenos Empregadores</b>	Pequenos Empregadores
<b>Categorias Médias</b>	Ocupações de Escritório Ocupações de Supervisão Ocupações Técnicas Ocupações de Saúde e Educação Ocupações de Segurança, Justiça e Correios Ocupações Artísticas e Similares
<b>Trabalhadores do Terciário</b>	Trabalhadores do Comércio Prestadores de Serviços Especializados
<b>Trabalhadores do Secundário</b>	Trabalhadores Manuais da Indústria Moderna Trabalhadores Manuais da Indústria Tradicional Trabalhadores Manuais de Serviços Auxiliares Trabalhadores Manuais da Construção Civil
<b>Trabalhadores do Terciário não Especializado</b>	Prestadores de Serviços não Especializados Empregados Domésticos Ambulantes e biscateiros
<b>Agricultores</b>	Agricultores

Quadro I – Categorias Sócio-ocupacionais

## 1.2 Evolução da população ocupada na RMSP

A população ocupada entre 1991 e 2000 aumentou a taxa de 2,14% anuais. Ela representava 38,27% da população total em 1991, e passou a 39,80% em 2000. As cifras totais são, para 2000, 7.115.361 e para 1991, 5.881.302 ocupados. Apenas citando, dado que a cifra não deve ser comparada, em 1980 os ocupados da metrópole eram 4.562.895, que representavam 36,25% da população metropolitana.



Em relação aos grandes grupos de ocupações, notam-se algumas mudanças significativas entre 1991 e 2000:

1. Grande diminuição relativa na proporção dos chamados dirigentes para a metrópole, de 2,16% dos ocupados em 1991 para 1,37% no ano 2000. Esta diminuição relativa é maior na capital paulistana que nos demais municípios da metrópole. Observa-se que dentro da grande categoria dos dirigentes, chama a atenção a forte diminuição dos grandes empregadores (com mais de 10 empregados). Nessa categoria a redução de ocupados em números absolutos foi de quase 36 mil pessoas, num total de 90 mil, ou seja, uma redução de praticamente 40%. Esboçam-se algumas hipóteses para esta incrível redução de grandes empregadores, hipóteses estas não mutuamente exclusivas: sua saída da metrópole, sua redução por falência de empresas (na década passada muitas empresas fecharam, sobretudo as de tamanho médio), a redução de empresas por fusão ou venda (processo que já se iniciou nos anos 90). Outro processo que se evidenciou foi a mudança de residência dos dirigentes para fora da capital paulistana, e sua ida para municípios periféricos, ocasionando até um ligeiro crescimento desta grande categoria na periferia da metrópole. E, embora o volume seja reduzido (em 1991, 4000 ocupados e em 2000, 12.300), chama a atenção o aumento da proporção de ocupados na categoria dirigentes do setor público na metrópole.

Algumas características se destacam, em relação ao perfil dos dirigentes:

- O aumento da proporção de mulheres, de 17,50% dos dirigentes em 1991 para 31,74% no ano 2000;
  - A forte proporção de brancos nas duas datas, em torno de 85%
  - O aumento da renda média familiar per capita no segmento, de 8,55 salários mínimos para 13,93 salários mínimos (63%; para o total de ocupados, este aumento foi de 25%)
  - A forte proporção de nascidos no estrangeiro (em 2000, 31%)
  - A média dos anos de estudo dos que estudaram foi de 13,14 anos em 2000 e de 11,86 em 1991
  - A forte verticalização das moradias dos dirigentes, entre os quais 40% residiam em apartamentos em 1991, passando a quase 50% no ano 2000.
1. Forte aumento dos profissionais de nível superior entre as duas datas, tanto na metrópole como um todo. Este aumento é mais visível no núcleo que na periferia, onde a intensidade do crescimento é de 4 vezes o crescimento médio, enquanto que na periferia, embora as taxas sejam extremamente elevadas, não atinge 3. Em 1991 os profissionais de nível superior representavam 5,54% dos ocupados da metrópole, enquanto que no ano 2000 esta proporção subiu para 7,83%. Este aumento deve imputado ao crescimento dos cursos de nível superior observados nas duas últimas décadas e á maior possibilidade de outras camadas sociais cursarem o ensino superior. Na capital, no ano 2000, tem-se quase 10% dos ocupados com nível superior. Notam-se algumas mudanças no perfil dos profissionais de nível superior, no período:

- Pequena diminuição da proporção de brancos entre 1991 e 2000, de 86,21% para 83,48% no ano 2000
- Aumento da renda familiar per capita, de 7,72 s.m. para 10,05 s.m. (aumento de 30%, menor, entretanto, que o aumento dos dirigentes, mas ligeiramente maior que o aumento médio de 25%)



- Diminuição da proporção de empregados com carteira de trabalho assinada, de 54,44% em 1991 para 47,33% no ano 2000. Acredita-se que deva estar subindo o número de profissionais de nível superior trabalhando em cooperativas ou como pessoa jurídica
  - A média dos anos de estudo dos que estudaram foi de 14,87 em 1991 e de 14,33 no ano 2000. Percebe-se que é nesta categoria que a média dos anos de estudo é maior, embora ela não tenha a maior renda.
  - Forte aumento de profissionais residindo em apartamentos, de 38% em 1991 para 43% no ano 2000.
2. Em relação aos pequenos empregadores, nota-se também uma diminuição relativa, de 3,14% dos ocupados em 1991 para 2,65% no ano 2000. Tiveram diminuição no núcleo e pequeno aumento na periferia. Algumas pinceladas sobre o seu perfil:
- O percentual de mulheres entre os pequenos empregadores subiu de 22,5% em 1991 para 28,8% no ano 2000, ou seja, aumento bem menor que entre os dirigentes.
  - A idade média dos pequenos empregadores é a segunda mais alta entre as cats, só perdendo para os dirigentes; além disso, é categoria com grande percentual de idosos em 2000, 4,18%. Em 1991, esta proporção era bem menor, de 2,86%; Pode-se inferir que abrir um pequeno negócio é alternativa viável para idosos.
  - Tal como os dirigentes e os de nível superior, são predominantemente brancos ( 81% em 1991 e 83% em 2000).
  - Sua renda familiar per capita foi de 6,22 s.m. em 1991 e de 10,53 s.m. no ano 2000, aumento de 70%, forma semelhante aos dirigentes.
  - Houve aumento da proporção de nascidos no estrangeiro, de 18,90% para 24,75%.
3. As camadas médias representavam 32,03% dos ocupados em 1991, passando a representar 28,15% no ano 2000. São o grupo majoritário, nas duas datas, para a metrópole como um todo. Mas no núcleo esta predominância aparece com mais força: 34% em 1991 e 30% em 2000; já na periferia eram 29% em 1991 e 25% em 2000, proporção inferior à dominante na periferia, que é a dos trabalhadores do secundário (34% em 1991 e 30% no ano 2000). Nota-se, entre os componentes das camadas médias, a redução, tanto no núcleo como na periferia, das ocupações de escritório (na metrópole como um todo, 14% em 1991 e 10,6% em 2000). Em número absoluto, houve manutenção das camadas médias no núcleo e ligeiríssimo aumento na periferia. Sobre alguns traços das camadas médias:
- Os ocupados das camadas médias são majoritariamente brancos (75% em 2000 e em 1991). O que se percebe um aumento da proporção de não brancos à medida que as categorias sócio-ocupacionais descem hierarquicamente.
  - A proporção de mulheres aumenta entre 1991 e 2000, em mais de 5 pontos percentuais.
  - A idade média apresenta um ligeiro aumento, mas o mais importante é a constatação de que ela é menor que a idade médias dos dirigentes, dos pequenos empregadores e dos profissionais de nível superior.



- A renda familiar per capita sobe quase 38% entre 1991 e 2000, percentual menor que o percentual de subida dos pequenos empregadores e dirigentes, mas maior que a média de 25% no período
  - O número médio dos anos de estudo subiu de 9,54 para 10,80.
  - Sobre a relação de trabalho, nota-se forte diminuição da proporção de empregados com carteira de trabalho, de 77% em 1991 para 65% em 2000. A informalidade das relações de trabalho afeta as camadas médias também, traduzindo-se numa queda acentuada da proporção de contribuintes da previdência. Como entre os trabalhadores por conta própria houve inversão de porcentagens, em 2000, sendo maior os não contribuintes e em 1991 sendo maior a percentagem dos contribuintes, mas sempre perto dos 50% de contribuintes. Parece ser um indicativo de que a baixíssima taxa de contribuintes da previdência social relaciona-se à informalidade.
  - As camadas médias também se “verticalizam”: 16% moravam em apartamentos em 1991, passando a 25% no ano 2000. Mais de 5% residem em moradias com apenas a construção própria, o que indica terreno alugado, cedido ou, o que é mais provável, invadido. Ou seja, o percentual de casas só com a construção própria é proxy do percentual de favelados. Existem, também, membros das camadas médias em favelas.
4. Uma das hipóteses para a metrópole era a do aumento dos trabalhadores do terciário, decorrentes das mudanças tecnológicas e da mudança na estrutura produtiva da Região metropolitana de São Paulo. O que se nota é um aumento da proporção dos trabalhadores do terciário tanto no núcleo (de 15,14% para 19,74%) como na periferia (de 15,29% para 18,71%). A intensidade do crescimento foi maior na capital, refletindo sua transformação em cidade terciária. As taxas foram especialmente altas para os trabalhadores de serviços especializados, maiores que as taxas dos trabalhadores do comércio. Entre estes prestadores de serviços especializados estão empregados e por conta própria em atividades como marceneiros, carpinteiros, operadores de máquinas em geral, trabalhadores de telecomunicações, TVs e telefones, que com certeza tiveram expressivo aumento na década de 90. Trabalho sobre territorialização dos empregos no município de São Paulo (Moreira Lima et al., 2007), mostra que o aumento dos empregos formais no setor de serviços na cidade entre 1996 e 2001 foi de mais de 107 mil, com taxa de crescimento anual de 1,85%, num quadro de perda de mais de 140 mil empregos formais no período. O setor de comércio também cresceu 25 mil empregos, com taxa anual positiva de 0,99%.

O perfil dos trabalhadores do terciário também está se modificando na metrópole:

- Em relação aos aspectos demográficos, percebeu-se relativa manutenção dos traços principais: a proporção de homens diminuiu de 60% para 57%, a proporção de idosos teve ligeiríssimo aumento e o percentual de brancos se manteve
- O aumento da renda familiar per capita entre os trabalhadores do terciário foi de apenas 13%, bem inferior ao aumento das categorias acima e inferior ao aumento médio de 25%
- A média de anos de estudo aumentou de 6,74 em 1991 para 7,90 no ano 2000, ou seja, pouco mais de 1 ano
- A relação de trabalho piorou, como entre outras categorias: a proporção de empregados com carteira assinada era de 61% em 1991, passando a 51% no ano 2000. Entre os trabalhadores por conta própria, 53% contavam com proteção previdenciária em 1991 e 34% no ano 2000, evidenciando uma piora tanto entre empregados como entre os por conta própria.





- A moradia destes trabalhadores tem pior qualidade que a dos anteriores, com 11,5% moradores em favelas (só com a construção própria); a “verticalização” diminuiu, apenas 15% residem em apartamento; de outro lado, 42% residem em casas congestionadas, com mais de 2 pessoal por dormitório.
5. Quanto à mudança da estrutura produtiva da metrópole, o esperado era uma forte diminuição dos trabalhadores do secundário. De fato, em 1991 a proporção de trabalhadores do secundário era de 27,4%, que desceu para 24% em 2000. O número absoluto de trabalhadores do secundário diminuiu no núcleo e cresceu ligeiramente na periferia, evidenciando saída de operários da capital. “Há uma evidência de que as grandes cidades já não são pontos preferenciais da indústria de transformação” (Biderman, 2004:115). Moreira Lima et al (2007) mostra a redução dos empregos formais na indústria paulistana entre 1996 e 2001, de 798 mil para 525 mil; assim, se a proporção de empregos industriais no total de empregos formais na capital foi de 33% em 1996, passou para 23% em 2001. Este decréscimo seria o resultado tanto da saída de plantas da cidade, como da reestruturação produtiva que promoveu o aumento da produtividade do trabalho e terceirização de atividades de serviços como vigilância, alimentação, limpeza, administração, que antes estavam no interior das indústrias. A taxa de crescimento anual dos trabalhadores do secundário foi negativa na capital e positiva na periferia da metrópole. O maior decréscimo foi entre os trabalhadores da indústria tradicional, tanto no núcleo como na periferia; de outro lado, os trabalhadores dos serviços auxiliares apresentaram forte crescimento, com maior intensidade na capital.

Algumas características dos trabalhadores do secundário na metrópole:

- Contrariamente às cats anteriores, entre os secundários houve aumento da proporção de homens, de 81% para 84% em 2000; a idade média aumentou um pouco, assim como a proporção de não brancos.
  - A renda familiar per capita praticamente se manteve, com aumento de apenas 0,1%. Mostra a estagnação do nível de renda dos trabalhadores do setor secundário na metrópole no fim do século.
  - Aumenta o número médio de anos de estudo dos que estudaram, de 5,68 anos para 6,72 anos.
  - Há forte redução da proporção de empregados com carteira, de 62,5% em 1991 para 50,0% no ano 2000. Igualmente, há redução na proporção dos por conta própria com previdência, de 59% dos por conta própria em 1991 para 77,8% no ano 2000.
  - A verticalização da moradia para esta cat é ainda incipiente, embora tenha aumentado entre 1991 e 2000: de 3% para 8%. A precariedade se faz presente, quando se percebe que 61% das moradias eram congestionadas em 1991, sendo que 49% continuavam como tal no ano 2000. Além disso, a proxy para favelas indica 11% em 1991 e 15% no ano 2000, mostrando que conseguir terra própria urbana está cada vez mais complicado, mesmo para operários.
6. Uma das hipóteses sobre a relação entre estrutura produtiva e estrutura social atualmente é que as mudanças na estrutura produtiva acarretariam um aumento da proporção dos trabalhadores do terciário sem qualificação, como prestadores de serviços pessoais, ambulantes e biscateiros. De fato, na região metropolitana de São Paulo este percentual aumentou de 13,71% em 1991 para 16,16% no ano 2000. Houve aumento tanto no núcleo como na periferia da metrópole, mas na periferia ele foi mais pronunciado. Em números absolutos, o incremento dos trabalhadores do terciário não especializado foi de quase 350 mil ocupados, sendo que 201 mil apenas na periferia. É





notável o aumento dos trabalhadores domésticos, que cresceram a taxa de 6% na periferia, assim como dos ambulantes e biscateiros. Estas categorias cresceram mais que os prestadores de serviços não especializados, com crescimento de 1% na capital e 3,7% na periferia. Características dos trabalhadores do terciário não especializado na metrópole:

- Trata-se de um segmento com maior percentagem de mulheres, que aumentou ainda mais em 2000: de 59% de mulheres em 1991, passa a 64% no ano 2000.
  - A proporção de brancos, tanto em 1991 como em 2000, é da ordem de 53%; é a cat com maior proporção de não brancos.
  - A renda média familiar per capita dos trabalhadores de serviços não especializados era, em 1991, maior que a renda dos trabalhadores do secundário: 2,45 s.m. e 2,06 s.m. Em 2000 esta relação se inverte, com os secundários ganhando 2,18 e os do terciário não especializado, 2,14 salários mínimos. A perda da renda familiar média dos não especializados entre 1991 e 2000 foi de 12,6%. Foi a única categoria com perda de renda no período, embora a renda média pessoal do trabalho principal tenha aumentado de 2,45 para 2,62 salários mínimos.
  - A proporção de moradores no Nordeste 5 anos antes, tanto em 1991 como em 2000, é alta, e aumentou fortemente no ano 2000: 13,6% em 1991 e 49% em 2000.
  - O número médio de anos de estudo foi de 4,98 em 1991 e de 6,03 no ano 2000, com aumento médio de pouco mais de 1 ano.
  - A relação de trabalho piora entre 1991, quando 50% dos ocupados eram trabalhadores com carteira assinada, e 2000, quando esta proporção cai para 43%. E, entre os autônomos, se em 1991 65% não tinham cobertura previdenciária, no ano 2000 a proporção sobe para 83%.
  - O percentual de domicílios com apenas a casa própria é o maior entre todas as cats: 15%, mostrando a precariedade da moradia deste segmento populacional da mesma forma, a proporção de quase 60% das moradias com congestionamento acima da norma reitera esta condição habitacional
  - Chama a atenção que nesta cat o percentual de ocupados vivendo em apartamentos seja relativamente alto, 11%, quando comparado ao dos trabalhadores do secundário. Deve estar ligado á presença de empregados domésticos morando em casa dos empregadores, além da moradia em conjuntos populares.
7. O total de agricultores, que já era baixo em 1991, com 51,4 mil ocupados, decresce no ano 2000, para apenas 35,8 ocupados. Estes trabalhadores agrícolas representam menos de 1% da população de ocupados da metrópole, a tem taxa de decréscimo bastante alto, de quase 4% anuais. Em 2000, 75% dos agricultores residiam na periferia; em 1991, este percentual era de 50%. Assim, na capital o decréscimo de trabalhadores da agricultura foi bem maior, a taxa de -11%, enquanto que na periferia houve mesmo um pequeno acréscimo da ordem de 0,5% ao ano no período.

### 1.3 Conclusão

As mudanças observadas para o conjunto das cats inserem-se num conjunto de transformações econômicas e sociais que atingiram a RMSP nos anos 80 e 90. Na verdade, estas transformações emergem de uma forte crise marcada por quedas importantes da produção econômica e do emprego, vinculadas à



perda do dinamismo industrial, à reestruturação produtiva e um aumento da informalidade (em 1991 62% dos empregados possuíam carteira de trabalho, enquanto que em 2000 este percentual foi de apenas 51%). Ao longo deste período, a RMSP perdeu atividades industriais (a proporção de ocupados entre os trabalhadores do secundário era de 27,35% em 1991 e caiu para 24,01% no ano 2000) e ampliou as atividades de serviço (tanto entre os trabalhadores do terciário, de 15,19% para 19,34%, como entre os trabalhadores do terciário não especializado, de 13,71% para 16,16%). Apesar deste incremento das atividades do setor terciário, a metrópole não solucionou seus problemas de desemprego, que continuou elevado ao longo da década.

Em relação à estrutura sócio ocupacional, há indícios de dualização, mas não como afirmava Sassen. O topo da pirâmide diminuiu (redução das elites dirigentes), mas o nível imediatamente inferior teve forte aumento (profissionais de nível superior). As camadas médias sofreram ligeiro decréscimo, acompanhado de diminuição dos trabalhadores do secundário, e aumento do terciário e da base da pirâmide. Em relação à renda, houve aumento de renda entre os empregadores (pequenos e grandes) e dirigentes e profissionais de nível superior. Entre os ocupados das camadas médias, o incremento de renda foi pequeno. Entre os trabalhadores do secundário, a renda praticamente se manteve, enquanto entre os trabalhadores do terciário houve perda. De maneira geral, o ganho de renda acompanhou a hierarquia social.

Assim, o resultado não é nem ampulheta, nem ovo. Lembra mais um “pinheirinho natalino”.

## **2.Mudanças espaciais**

### **2.1 Introdução**

As mudanças observadas na estrutura sócio-ocupacional tiveram rebatimento no espaço da metrópole. Para estudar estas mudanças foi utilizado o método de construção de uma tipologia de áreas para 1991 e 2000, com comparação posterior, visando a identificação as diferenças.

### **2.2.Comparação das famílias de áreas na RMSP, 1991-2000**

#### **2.3.1 Metodologia**

Há alguns aspectos fundamentais na construção da tipologia de áreas:

- A escolha das variáveis pelas qual a distribuição de pessoas no espaço será descrita
- A escolha da unidade espacial a partir da qual esta descrição será efetuada

Para a construção da tipologia espacial de 1991 e de 2000 foram utilizadas variáveis dos Censos Demográficos, fortemente atreladas no agrupamento hierárquico de cerca de 400 ocupações utilizadas pelo IBGE, resultando numa variável proxy da estrutura social, a categoria sócio-ocupacional. E como unidade espacial mínima utilizou-se a AED (área de expansão demográfica), área mínima pela qual o IBGE disponibiliza os micro dados. As AEDs de 2000 foram rebatidas no espaço de 1991, numa retroprojeção que viabilizou a comparação entre estas duas datas.

Assim, a partir de 812 AEDs (em 1991 utilizaram-se, para a mesma área metropolitana, 1 AED, dado que o município de São Lourenço da Serra desmembrou-se de Itapeceria em 1991) foi feita uma análise fatorial por correspondência binária, seguida de classificação hierárquica dos conglomerados resultantes, a partir das categorias sócio ocupacionais. Nesta análise fatorial conseguiu-se agrupar as áreas homogêneas em conglomerados de áreas com predominância das mesmas categorias sócio ocupacionais, resultando numa tipologia de áreas. Pode-se, desta forma, identificar os princípios pelos quais o espaço social de São Paulo se divide, ou seja, 14 tipos de áreas tanto em 1991 como em 2000.Cada tipo reúne um conjunto de áreas que são consideradas como socialmente homogêneas.



Neste momento do trabalho optou-se pela reunião dos distintos tipos de 1991 e de 2000 em 5 grandes grupos, ou famílias de tipos, conforme o quadro que se segue:

"famílias"	1991		2000	
	AEDs	POPULAÇÃO	AEDs	POPULAÇÃO
Superior	183	1.641.568	167	1.455.065
Média	212	1.742.559	251	2.250.812
Operária	283	1.716.643	242	2.013.311
Popular	125	755.029	136	1.271.396
Agrícola	8	31.407	16	123.674
Total	811	5.887.206	812	7.114.258

### 2.3.2. Descrição das áreas

Os espaços superiores, tanto em 1991 como em 2000, são caracterizados por concentrar fortemente as categoriais dos dirigentes. Em 1991 o peso relativo dos dirigentes foi de 2,36; já em 2000 reduziu-se para 0,85. Em 1991, o espaço superior concentrava fortemente os dirigentes: 66% dos dirigentes lá residiam; já em 2000 esta concentração não era tão evidente, sendo que 32% dos dirigentes moravam em espaços superiores, mas 42% em espaços considerados médios. De qualquer forma, o que caracteriza o espaço superior, tanto em 1991 como em 2000, é o seu maior peso relativo nas categorias dirigentes, e a maior concentração desta categoria nestas áreas. Os profissionais de nível superior também se concentram nas áreas superiores em 1991 (66% deles moram nestas áreas), já em 2000 espalham-se pelas áreas superiores (33%) e pelas médias (32%). Assim, os espaços superiores de 1991 e de 2000 são marcados pela presença das categorias hierarquicamente superiores- dirigentes e profissionais de nível superior. Embora nestes espaços co habitam outras cats, sobretudo em 2000, quando se apresenta mais misturado.

Os espaços médios têm maior mistura na sua composição social, tanto em 1991 como em 2000. Em 1991, a grande categoria com maior densidade relativa foi a categoria média, com 1,16; em 2000, este peso relativo foi de 1,19. O perfil social das áreas médias em 1991 e 2000 assemelha-se. Em 1991, 34,23% das categorias médias, que dão nome á área, encontram-se nesta tipologia, 33% nas áreas superiores e 23% nas áreas operárias. Já em 2000, 38% residem nas áreas médias, 26% nas superiores e 22% nas operárias. Aumenta também, nas áreas médias dos trabalhadores do terciário e do secundário.

Nos espaços operários cai significativamente a densidade relativa das categorias médias, e as densidades que mais se sobressaem são a dos trabalhadores do secundário. Em 1991 o peso relativo dos operários foi de 1,37 e em 2000, de 1,43. Nos dois anos, os espaços operários mostram grande concentração de trabalhadores do secundário residindo nesta tipologia: 40% em 1991 e 37% em 2000.

Nos espaços populares cai o peso relativo dos trabalhadores do secundário para 1,25 em 1991 e 1,21 em 2000. De outro lado, o peso relativo dos trabalhadores do terciário não especializado aumenta para 1,51 nas duas datas, com grande peso dos trabalhadores domésticos. Entre os trabalhadores do secundário, o maior peso relativo refere-se aos operários da construção civil. O terciário não especializado é a categoria que mais se dispersa pelos distintos tipos de áreas, tanto em 1991 como em 2000: há sempre cerca de 20% dos seus membros nas áreas operárias, médias e superiores.

Os espaços agrícolas reúnem relativamente poucos ocupados, e o peso relativo dos agricultores é alto, de quase 25. Em 2000 a concentração de agricultores nos espaços agrícolas é marcante: 40% dos agricultores residem nos espaços agrícolas. Em 1991 já os agricultores se espalham em quase todas as tipologias, incluindo aí os espaços superiores.

### 2.2.3. Perfil das áreas



Visando caracterizar as grandes áreas, calcularam-se alguns indicadores, como a escolaridade média e a renda média dos ocupados em cada família de áreas, e o grau de verticalização das moradias, ou seja, a proporção de domicílios em apartamentos, em cada grande área. Os resultados podem ser vistos nas tabelas a seguir:

Família	1991			2000		
	média	Desvio padrão	Coefficiente variação	Média	Desvio padrão	Coefficiente variação
Agrícola	5,98	3,54	59,30	6,79	3,68	54,20
Popular	5,96	3,25	54,49	6,82	3,55	52,13
Operária	6,46	3,40	52,53	7,28	3,45	47,38
Média	7,81	3,80	48,69	8,11	3,63	44,74
Superior	10,21	4,48	43,90	10,54	4,11	39,01
Total	7,87	4,16	52,91	8,80	4,08	46,39

Escolaridade dos ocupados nas grandes áreas, 1991 e 2000: média, desvio padrão e coeficiente de variância, em anos de estudo

Família	1991			2000		
	média	Desvio padrão	Coefficiente variação	Média	Desvio padrão	Coefficiente variação
Agrícola	2,67	5,37	201,45	3,49	7,28	209,64
Popular	3,09	5,93	192,06	4,09	12,09	295,56
Operária	3,15	4,57	145,09	3,95	5,21	131,90
Média	3,92	5,41	137,88	4,97	11,80	237,43
Superior	7,94	12,37	155,72	11,53	28,68	248,72
Total	4,69	8,12	173,03	7,32	20,11	274,68

Renda familiar per capita dos ocupados nas grandes áreas, 1991 e 2000, em salários mínimos: média, desvio padrão e coeficiente de variação

Família	1991			2000		
	apartamentos	Total de casas	%	Apartamentos	Total de casas	%
Agrícola	77	21656	0,36%	4	18648	0,02%
Popular	15822	485390	3,26%	9725	484672	2,01%
Operária	34072	1121779	3,04%	128239	1246418	10,29%
Média	119182	1114838	10,69%	108968	1265291	8,61%
Superior	425252	1048713	40,55%	675954	1977542	34,18%
Total	594405	3792376	15,67%	922890	4992571	18,49%

Verticalização das moradias nas grandes áreas, 1991 e 2000: proporção de apartamentos em cada grande área

#### 2.2.4 Comparação 1991-2000

- concentração e diminuição da áreas superiores no MSP e espraiamento destas áreas para alguns municípios na RMSP; no vetor nordeste, aumento da área superior em Guarulhos; no vetor leste, aumento ligeiro em Suzano e em Mogi das Cruzes; expansão da área superior em São Caetano, São Bernardo, Santo André; no vetor oeste, aumento de áreas superiores em Cotia e em Barueri.



A população total residente nas áreas superiores diminuiu em 185.230, 11,28% do total em 1991. Em relação ao número de AEDs, também houve redução do número absoluto, de 183 para 167 AEDs, redução de 8,74%. A proporção da redução populacional foi maior que a do número de AEDs. A renda média das áreas superiores subiu de 7,94 salários mínimos para 11,53 salários mínimos, aumento percentual de 45%, o maior aumento em todos os grupos. A variabilidade desta renda em 2000 era maior que em 1991, o que mostra as áreas superiores habitadas por grupos menos homogêneos, ou seja, percebe-se entrada de categorias médias em áreas superiores. As áreas superiores de 1991 tinham densidades de categorias de elite maiores que em 2000. Em 2000, ocorre inclusive uma drástica diminuição de grandes empregadores e dirigentes do setor privado, além de profissionais autônomos de nível superior. A escolaridade, medida em anos de estudo, se mantém em 10 anos de estudo, com menor variabilidade. É nas áreas superiores que se tem a maior verticalização: 40% em 1991 e 34% no ano 2000. Deve-se notar que embora o estoque de apartamentos aumente na década, passando de 425 mil unidades para 675 mil, a proporção diminui, dada a expansão de casas para a população de alta renda, sobretudo nos condomínios fechados da periferia metropolitana.

- as áreas médias também tiveram espraiamento e expansão, tanto no município capital como na metrópole, nitidamente em torno das áreas superiores. O anel se expande em torno das superiores, tomando o lugar de áreas operárias, em todos os vetores, quer na capital, quer na metrópole. Neste processo destaca-se a expansão das áreas médias nos municípios de Mauá, Ribeirão Pires, substituindo áreas operárias. O mesmo fenômeno se deu ao sul e leste da capital. Em São Bernardo, algumas áreas médias tomaram o lugar de áreas superiores. No vetor oeste, a expansão das áreas médias foi nítida: em Santana do Parnaíba, em Embu e em Itapevi e até mesmo em Carapicuíba. A população das áreas médias na metrópole passou de 1.742.559 para 2.250.812, com aumento de 508.253, 29,17% da população em área média em 1991. No MSP, a leste, pequena substituição de áreas operárias por médias. Mas no sul e oeste, medianização de áreas antes superiores, assim como no centro: Bom Retiro, Belém, Barra Funda, Santa Cecília, República, Tatuapé, Santana, Vila Maria, Brás e Pari. Houve forte aumento do número de AEDs consideradas médias, de 212 para 251, crescimento de 18,40% no número de AEDs, inferior ao crescimento da população ocupada residindo em áreas médias (quase 30%), o que, aliado à manutenção das categorias médias entre 1991 e 2000, mostra que nestas áreas tem passado a residir distintas categorias sócio-ocupacionais, ou seja, mistura com dirigentes e profissionais de nível superior. A renda dos ocupados das áreas médias subiu de 3,92 s m em 1991 para 4,97 no ano 2000, o que corresponde a um aumento de 27%. Este aumento de renda se deu com grande aumento de variabilidade. Nas áreas médias em 2000 houve aumento de densidade de dirigentes do setor público (em números absolutos, passou-se de 547 para 4000 ocupados), aumento que também foi importante para os grupos de profissionais de nível superior (aumento de mais de 100 mil pessoas) e para grupo hierarquicamente inferior, o dos ambulantes, com aumento de mais de 28 mil ocupados. Ou seja, isto explica a variabilidade da renda. O nível de escolaridade aumentos ligeiramente, com menor coeficiente de variação. Nas áreas médias houve uma diminuição dos apartamentos, tanto em proporção como em números absolutos. Isto se deve provavelmente à expansão das áreas médias pela periferia metropolitana. Por exemplo, Santana do Parnaíba em 2000 passou a integrar as áreas médias, e é fundamentalmente ocupada por condomínios horizontais. Também houve expansão de áreas médias em municípios como Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, onde provavelmente a verticalização é pequena.
- as áreas operárias aparentemente tiveram diminuição, embora a população cresceu de 1.716.643 para 2.013.311, aumentando em 296.668 pessoas ocupadas, 17,38% dos ocupados residentes em 1991. Em Santa Isabel e parte de Mogi as áreas operárias desaparecem, sendo substituídas por áreas agrícolas populares. No vetor norte as áreas operárias se transformam em populares. Em Francisco Morato e Franco da Rocha esta substituição foi bastante nítida. No vetor leste, forte expansão das áreas operárias em Guarulhos. No vetor oeste, nos municípios de Embu e Itapevi, áreas operárias forma substituídas por médias. O número de AEDs em áreas operárias diminuiu de 283 para 242, redução de



14,49%, ligeiramente menor que o da população nestas áreas, o que indica verticalização; de fato, o percentual de apartamentos era de 3,4% em 1991 e passou para 10,3% no ano 2000. Os ocupados das áreas operárias também aumentaram sua renda de 3,15 s.m. para 3,95 s.m., aumento de 25%. Foi o menor aumento percentual entre os grupos, e também o único que apresentou diminuição de variabilidade. O perfil dos ocupados da área é semelhante em 1991 e em 2000, sendo que em 2000 aumenta predominância operária. A variabilidade existente, embora menor, deve-se também à forte presença de trabalhadores domésticos e do terciário não especializado. A escolaridade dos ocupados nas áreas operárias praticamente se mantém, também com menor coeficiente de variabilidade.

- as áreas populares tiveram forte expansão em direção à periferia; no MSP se conservam e as nos extremos são empurradas em direção dos municípios da região metropolitana. Em geral aumenta a superfície das áreas populares na metrópole, tomando o lugar de áreas agrícolas e operárias. Em termos populacionais, aumenta de 755.029 para 1.271.396, num total de 516.367 ocupados residentes, 68,39% da população em 1991. Em número de AEDs houve um aumento de 125 para 136, ou seja, aumento de 8,80% no número de áreas. A relação entre as proporções de aumento das AEDs e da população nas áreas populares mostra o adensamento populacional nelas ocorrido. É nelas que se concentra o crescimento demográfico na metrópole. A renda média dos ocupados em 1991 era de 3,09 s.m., passando a 4,09 s. m. em 2000, com aumento de 32%, com aumento grande de variabilidade, de mais de 100 pontos percentuais. Este aumento de variabilidade deve-se à entrada de categorias hierarquicamente superiores nas áreas populares, como categorias médias (aumento de 85 mil ocupados) e trabalhadores do terciário (quase 150 mil). A escolaridade dos ocupados das áreas populares cresce, de 5,96 anos de estudo, para 6,82, com subida de 14%. É nestas áreas onde se notou maior aumento de escolaridade, e a variância diminui em 2000, mostrando certa homogeneidade. Este crescimento em direção à periferia não foi acompanhado por verticalização.
- as áreas agrícolas mudaram de perfil: se, em 1991, eram apenas agrícolas, em 2000 são, sobretudo agrícolas populares. Assim, o aumento da área agrícola de 8 AEDs para 16, acompanhado do aumento da população ocupada residente de 31 mil para 123,7 mil ocupados não significa um mero crescimento da população dedicada à agricultura. O número de ocupados agricultores realmente aumentou de 6.790 para 14.736, podendo, entretanto tratar-se de falsos agricultores que se dedicam ao cuidado de chácaras de recreio como caseiros e se declaram ligados à agricultura. Mas o maior aumento nestas áreas foi nos grupos de trabalhadores do terciário não especializado, que passaram de 6 mil em 1991 para 29 mil no ano 2000 e de operários do setor secundário, com aumento de quase 28 mil ocupados. As áreas agrícolas de 2000 têm perfil mais popular que as de 1991. A renda média aumentou 30%, de 2,67 para 3,49 salários mínimos. A escolaridade nas áreas agrícolas também sobe, ligeiramente menos que nas populares, e também a variância é menor que em 1991.

### 3. Resumo

- concentração de áreas superiores no MSP e ida de elites para oeste da RMSP e Municípios do ABC.
- espraiamento de áreas médias por vários municípios da metrópole.
- substituição de áreas operárias por médias e mesmo por populares e agrícolas populares – caso de Santa Isabel; no norte da RMSP Francisco Morato e Franco da Rocha se transformaram de áreas operárias em populares.
- expansão das áreas populares em direção à periferia. A população das áreas populares teve um enorme aumento de quase 70%. → Entrada de trabalhadores das categorias médias e terciárias nas áreas populares, transformando algumas delas em áreas médias (caso de Santana do Parnaíba).



### **Referências bibliográficas**

SASSEN, S. (1991) *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.

PREITECELLE E. e RIBEIRO, L. C. Q. (1999). Tendências da Segregação Social em Metrôpoles Globais e Desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos Anos 80. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo.

MAMMARELLA, Rosetta (2007) "Box II- Panorama da estrutura sócio-ocupacional nas Regiões Metropolitanas do Brasil" In RIBEIRO, LCQ e JUNIOR, OAS (org) *As metrôpoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro, Revan, Observatório das metrôpoles.